

GEOGRAFANDO FRONTEIRAS DAS RESISTÊNCIAS

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira

Doutora em Geografia

Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia da Unemat

Esta Revista que ora apresentamos à comunidade acadêmica está dividida em três partes, sendo a primeira delas *Geografando movimentos pela terra, pela soberania alimentar e por liberdades*. Essa seção é composta pelo artigo intitulado “O movimento indígena contemporâneo e os conflitos territoriais”, de autoria dos pesquisadores Gilberto Vieira dos Santos e Antônio Thomaz Júnior. Artigo que é resultado de árdua pesquisa desenvolvida no Mestrado em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), em Presidente Prudente. Esta instituição é hoje uma que se destaca nos estudos da geografia brasileira, tendo em seus quadros profissionais dedicados a produzir conhecimento científico e a pensar alternativas para os dilemas que se apresentam no espaço geográfico brasileiro e no contexto mundial.

O texto traz o recorte do processo histórico de ocupação colonial das terras no Brasil e os conflitos e lutas desencadeadas com os povos originários deste território, bem como a constituição do Movimento Indígena. E é justamente na escola de Geografia da Unesp onde vamos encontrar importantes estudos sobre os movimentos socioterritoriais, que se espacializaram pelo território brasileiro, não só pelo movimento indígena como também pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), lutas que têm características distintas. Nas palavras dos autores, no resumo do artigo, diz: “A própria compreensão de território destes povos está distante da compreensão comum de outros movimentos em luta no campo brasileiro” (SANTOS; THOMAZ JR, 2020, p. 13).

Diante da atual tragédia brasileira, de destruição do território em detrimento da expansão da produção de monoculturas, a maioria em latifúndios, não seria exagero esta autora afirmar que os povos originários têm a importante tarefa de serem guardiões das poucas terras ainda não destruídas pelo que ela chama de “Agromorte”. Assim, este texto referenda o importante papel da geografia brasileira de se debruçar sobre a questão agrária

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira



Geografando fronteiras das resistências

brasileira, desafiando os pesquisadores a levantar dados, fazer reflexões e contribuir com o fortalecimento dos povos originários.

O segundo texto que compõe esta seção, de autoria dos pesquisadores Vanderly Scarabeli e Bernardo Mançano Fernandes, tem como título “O debate paradigmático em torno da insegurança alimentar”, com base nos conceitos de segurança alimentar, soberania alimentar e agroecologia. Aqui temos importante problematização e discussão do uso do território para produção de gêneros alimentícios, em relação ao alcance da Soberania Alimentar. Essa soberania e a produção de alimentos saudáveis só são possíveis por meio de um outro modelo: a Agroecologia. A agroecologia no Brasil vem sendo desenvolvida pela agricultura familiar, responsável por parte significativa da produção dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Nas palavras dos autores, no resumo do artigo, que a agroecologia são

medidas não mercantis de combate à insegurança alimentar e ao mesmo tempo decisivas para a manutenção de todas as espécies de vida, em contraposição à ofensiva capitalista no campo brasileiro, que se expressa na mercantilização crescente dos bens da natureza, na desterritorialização dos camponeses e camponesas e na produção da monocultura com uso intensivo de agrotóxicos (SCARABELI; FERNANDES, 2020, p. 39).

O produção de monoculturas em larga escala hoje é voltada para a exportação e coloca o país em risco em relação a sua soberania alimentar, além de trazer problemas sérios à saúde da população brasileira com o uso intensivo de Agrotóxicos que são venenos que têm penalizado o ambiente e a vida de nosso povo que é excluído dos lucros. Sem contar que os monocultores são muito beneficiados por incentivos fiscais e os exportadores pelo não pagamento do ICMS, principal recurso para a educação e saúde públicas. Vale também registrar que, na balança comercial, o país ao exportar produtos primários e importar os industrializados, como no Brasil Colônia.

O terceiro texto, intitulado “Perspectivas e desafios: a construção do plano de mobilidade urbana de Cáceres-MT-Brasil”, de autoria de Miguel Castilho-Júnior e Evaldo Ferreira que trata da Mobilidade Urbana como um desafio das gestões públicas tanto na esfera municipal, estadual e federal, a Mobilidade Urbana é uma política pública que é social é deve garantir tanto moradores locais como a população que visita à cidade. Trata se de um trabalho desenvolvido na cidade de Cáceres-MT-Brasil, amparada na Política Nacional de Mobilidade

Geografando fronteiras das resistências

Urbana (Lei Federal n. 12.587/2012), e que subsídio para a elaboração do Plano de Mobilidade da cidade de Cáceres.

Por último, o texto “Trajeto de Cáceres a Porto Estrela” traz uma abordagem das relações sociedade e região, pelas professoras Poliana Severino Soares, Nelci Soares da Silva e Tânia Paula da Silva.

A parte II, intitulada “Geografando e Decolonizando Saberes”, é composta pelo artigo dos autores Edenar Souza Monteiro, Maria de Lourdes Fanaia e Laureliza Santos trazem importante contribuição sobre a “Construção do conhecimento acadêmico na profissão: dilemas e desafios” que aponta o papel das universidades no processo de formação docente com ênfase nos desafios do chão da sala de aula com os quais professorxs nos anos iniciais da Educação básica se deparam no dia a dia. Os autores dão destaque à formação acadêmica, que utiliza as escolas como laboratórios, ainda assim insuficientes como suportes da formação docente.

O capítulo seguinte trata da “Formação de professores e metodologias ativas: refletir e ressignificar” dos autores Fábio Bernardo da Silva, Priscila Tavares Oliveira Bernardo e Lucas Silveira Lecci, O texto reforça a importância da formação continuada de professores, com “Metodologias Ativas para o Ensino e o desenvolvimento da Metodologia da Problematização enquanto inovação em práticas tradicionais de ensino”. Temos observado muitas publicações chamadas de metodologias ativas, que acreditamos ser novas expressões da metodologia Paulo Freire de trabalhar reflexão-ação ou a leitura a partir do mundo vivido.

Na esteira do desafio da formação docente, segue o artigo intitulado “Os subprojetos do PIBID, institucionalizados na Unemat, Câmpus de Juara, Curso de Pedagogia, em interface com a pesquisa e a extensão” das autoras Cleuza Regina Balan Taborda e Ângela Rita C. de Mello. Nele se descreve importante trabalho na formação de Licenciandxs em Pedagogia na Unemat Câmpus de Juara.

Trata-se de mais um projeto de pesquisa-ação, em interface com o ensino e a extensão, desenvolvido no âmbito das ações dos subprojetos vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Convém registrar que o Pibid foi iniciado no governo Lula com a criação da Secretaria de Formação Docente no interior da Coordenação de Formação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Pibid vem sendo desenvolvido no Campus de Juara desde o ano de 2012 junto às escolas parceiras, municipais e estaduais, em

Geografando fronteiras das resistências

três municípios: Juara, Novo Horizonte do Norte e Porto dos Gaúchos, território esse conhecido como Vale do Arinos, distante 800 Km da capital de Mato Grosso.

Além de propiciar a aproximação entre a universidade e as escolas da escola básica, este programa tem contribuído com uma melhor formação docente dos licenciandos em Pedagogia. Consideramos o Pibid como uma das melhores políticas públicas de formação nos governos de Lula e Dilma. A Secretaria Municipal de Educação de Novo Horizonte do Norte criou um Pibid próprio. Não por acaso a escola municipal Ulisses Guimarães tem índices de desempenho e projetos que se destacam nesse território.

Mas, pouco adianta a formação docente se não houver “Relação família e escola visando o aprendizado do educando” e as autoras Irany de Oliveira e Eliete Borges Lopes, apontam os dilemas que envolvem a participação ou não da família em relação à educação dos filhos. É fundamental sua participação, de forma qualificada, para a construção de uma escola democrática.

A terceira parte desta revista, não menos importante e desafiadora é chamada de “Cartografando retrocessos e apontamentos para a resistência” composto do artigo “Bolsonarismo e Branquitude: notas sobre as eleições presidenciais de 2018 em Mato Grosso”, do cientista social Rogério Makino. Trata-se de um trabalho que, embora de caráter exploratório, é muito importante, pois cartografa a onda bolsonarista no Estado de Mato Grosso. Este Estado, tido ainda como espaço de relações coronelistas, neste século XXI se tornou o teatro de novos atores, na maioria latifundiários, grandes produtores de monoculturas voltadas para exportação. Municípios, a exemplo de Sapezal e Campos de Júlio, que têm alta renda *per capita*, demonstram que são cidades opacas, com muita desigualdade social. Além disso, nessas cidades ocorrem relações contraditórias, pois apesar de a grande maioria de seus moradores ser composta por trabalhadores rurais assalariados, com baixos salários e muitos desempregados, contraditoriamente, os mesmos votam nos candidatos da elite que estão interessados apenas em seus próprios interesses, acumulando cada vez mais capital. Em Mato Grosso, experimentamos o fenômeno de mais e mais concentração de terras. Quem tem produzido atualmente soja e algodão são apenas mega empresários como o Senhor Blairo Maggi.

Em Sapezal, por exemplo, hoje não há mais do que 140 produtores. Visitamos no início de dezembro uma dessas fazendas que produz em uma área de 20 mil hectares. Perguntamos como é comercializada a produção. Antes de começar a colheita, oitenta por cento

Geografando fronteiras das resistências

da produção tinha sido comercializada com o mercado externo, sobretudo com a China. E dos vinte por cento restantes, ficam ainda barganhando para comercializar para fora do país. É de se pensar então o porquê de quererem tomar as terras indígenas, como discutido no primeiro capítulo desta Revista. Apenas para desmatar mais, produzir monocultura para exportação e com o uso de muito agrotóxico. Só em 2019 o governo Bolsonaro liberou mais de 300 novos agrotóxicos (venenos). Como os pequenos, que são responsáveis por 70 por cento do que chega a nossas mesas, vão produzir de forma saudável, sem veneno, de forma agroecologicamente correta? É praticamente impossível.

O professor demonstra como os municípios mato-grossenses, sustentados pela sojicultura, têm Produto Interno Bruto *per capita* alto, maiores desigualdades e uma alta proporção de evangélicos. A estratégia metodológica utilizada pelo pesquisador foi o cálculo do coeficiente de Pearson, resultante de estatísticas da votação obtida por Bolsonaro nos municípios mato-grossenses com essas características de monocultura. A maior correlação encontrada foi em relação à auto identificação como branco (branquitude). Convém dizer que essa auto identificação é muito relativa: muitos negros não se auto identificam como negrxs e por isso acabam incorporando a cultura de superioridade do branco e desprezando políticas sociais ou afirmativas voltadas para a população de baixo poder aquisitivo.

Por outro lado, municípios como Jangada com baixa renda *per capita e baixo* IDH deram as menores votação em Bolsonaro. Em Jangada temos forte presença ainda da Igreja Católica ainda alicerçada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), professores com formação em universidades públicas como UFMT e Unemat, além de um forte viés da Educação do Campo, da Economia Solidária e da agricultura familiar.

Com o avanço das religiões evangélicas e o preconceito com as religiões de matriz africana, é oportuno trazer para o debate o artigo: “Por uma pedagogia cosmocena para os povos de terreiros no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil” dxs autorxs, Eliane Almeida de Souza, Izabel Espíndola, Roseli da Rosa Pereira, Vilmar Alves Ferreira. Este artigo dá voz aos Povos de Terreiros da Religiosidade de Matriz africana do Estado do Rio Grande do Sul. É um estudo de Educação Ambiental alicerçada no conceito de Ecologia Cosmocena, no dizer dos autores “uma possibilidade ontológica de reflexões sobre a posição que nós humanos ocupamos no cosmos”. A dimensão da espiritualidade e do espaço vivido remetem à geografia das percepções chamada de fenomenologia por Merleau Ponty e estudada na geografia por Yi Fu Tuan como topofilia.

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira



Geografando fronteiras das resistências

O estudo aponta uma nova Pedagogia chamada de Cosmocena para os Povos de Terreiros. É importante trazer esta temática para o centro do debate, pois as religiões de matriz africana sofrem de muito preconceito e nos últimos meses têm tido Terreiros destruídos. O respeito ao Outro tem-se perdido, e a geografia cultural, nesse sentido, contribui com a desmistificação destes saberes.

O artigo: As (re) configurações rurais a partir de Comunidades Tradicionais e Povos Quilombolas inseridos na oferta da alimentação saudável no Território da Cidadania da Baixada Cuiabana, da geógrafa Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira e da professora Roselene Maruyama, apresenta parte de pesquisa articulada à extensão universitária, desenvolvida por grupo do Laboratório de Estudos e Pesquisas da Diversidade da Amazônia Legal (LeaL) - registrado no Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq) - da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat). Neste trabalho, a autora e seu grupo procuram estar junto às vozes de mulheres de comunidades tradicionais e quilombolas, que denominamos de “Nós com os Outros e Conosco Mesmos”.

Dizer Nós e Conosco, sobretudo nestes tempos que se configura como o mais difícil já vivido no país, significa que podemos contar Conosco Mesmos, pois hoje pouco podemos esperar dos governantes do Poder Executivo, estadual e federal. Essas mulheres vivem em situação de invisibilidade e de violência, a qual é pior que na área urbana, pois, se na cidade a rede de proteção já é precária, no meio rural, para não dizer que inexistente, é muito pior. Outra situação verificada foi a do avanço das igrejas evangélicas em áreas rurais. O que fazem essas igrejas? Ensinam as mulheres a aceitar a violência que sofrem. É de se questionar: como será possível mudar esse quadro?

Para tentar mudar, esse grupo de pesquisa se somou ao Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet), criado via CNPq, vale ressaltar, por políticas públicas ainda dos governos Lula e Dilma. O LeaL e o Nedet têm organizado anualmente o Seminário de Agroecologia Produção Orgânica e Economia Solidária. Este Seminário tem sido realizado como parte da Semana Nacional de Produção Orgânica. O principal objetivo dessa semana é justamente apontar a necessidade do investimento na produção agroecológica e alimentação saudável no prato dos brasileiros. Trabalha-se muito o tema do Patriarcado e a necessidade de descolonizar saberes.

Geografando fronteiras das resistências

Nesse sentido, as mulheres devem buscar independência, sobretudo financeira, em relação a seus maridos que não são seus donos e portanto não têm o direito de agredi-las fisicamente e nem moralmente.

Não por acaso finalizamos este prefácio citando o texto da professora e pesquisadora Teresa Cunha, também conhecida com Teresa Amal ou simplesmente Wezu. Ela é uma importante parceira deste grupo de pesquisa e integra o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, liderado pelo professor Boaventura Souza Santos, destacando-se nos estudos da Economia Solidária e do patriarcado, pós colonialismo e gênero. O seu artigo é intitulado: “Há lugar para um feminismo pós-colonial? Betuxa, Cidália, Esmeralda, Ester, Fátima, Isa, Henriqueta, Maria Lúcia, Renata e Zumurrud e as suas artes de pensar de muitas maneiras a emancipação das mulheres”. Esse trabalho é um ensaio que dá corpo e voz ao conceito de De Colonialidade e das Epistemologias do Sul, pois Wezu acredita que é possível aprender com o Sul, sobretudo com as mulheres, juventude e povos indígenas. Acredita-se que esses povos, que buscam um mundo melhor e de liberdade, farão frente ao avanço do fascismo. Mais do que nunca o feminismo e a emancipação das mulheres precisam ser exercitados na perspectiva de uma epistemologia pós-colonial.

Para concluir, registamos que lutar contra o governo Bolsonaro e a contra a destruição de direitos e, sobretudo, das universidades públicas, é uma condição essencial para continuarmos na liberdade, na emancipação e na soberania. Por que querem destruir as universidades públicas? Não por acaso é onde ainda encontramos reflexões acerca dos efeitos destruidores do capitalismo excludente que, como dedo de Midas, tudo transforma e destrói até as próprias relações humanas. Lutar contra o Patriarcado e o Colonialismo. Por uma Epistemologia do Sul como bem viver, com educação, com distribuição de renda... pelo bem viver... entre Nós, com os Outros e Conosco Mesmos.